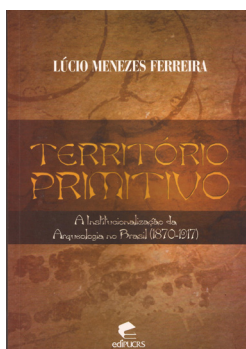


RESENHA DE LIVRO

RESENHAS
DE LIVROS



TERRITÓRIO PRIMITIVO, A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL (1870 – 1917), de Lúcio Menezes Ferreira. Porto Alegre: Edipucrs, 2011. 220 p.

Raymundo Ney Gomes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPA, Bolsista CAPES.

Entender como se dá a institucionalização da Arqueologia no Brasil é entender um pouco de como se desenvolveu o pensamento científico em nosso país de modo mais amplo. No caso específico da arqueologia, como nos apresenta Lúcio Menezes Ferreira neste livro, veremos o quão imbricadas são as relações que se desenvolvem entre esta disciplina e as demais ciências humanas, tais como a antropologia, a história e a etnologia que, no período analisado, estavam vivendo a aurora de seus dias. Há alguns trabalhos versando sobre a história da Arqueologia e de correntes arqueológicas no Brasil (Barreto 1999, 2000; Silva 2009; Funari 1994, 1998a; Lima 1993, 2002; Symanski 2009, só para citar alguns). Ferreira vai além, nesta seara, árida e de poucos; seu livro dá contribuições importantes ao propor e analisar alguns conceitos fundamentais no en-

tendimento do desenvolvimento e institucionalização da arqueologia. Entre os conceitos sobre os quais disserta o autor estão o conceito de *mundialização da ciência*, que aparece como um contraponto teórico às idéias difusionistas que afirmam que a institucionalização das ciências em áreas coloniais como o Brasil seria vulgar imitação do processo que ocorrera no Velho Mundo; o segundo dos conceitos-chave utilizados pelo autor para levar a cabo seu projeto de uma cartografia da arqueologia brasileira é o *nacionalismo* e o terceiro é o conceito de *colonialismo*, que andando a pari passo com o *nacionalismo*, foram duas forças que contribuíram para o amoldamento da arqueologia enquanto ciência no Brasil.

Território Primitivo, *A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870 – 1917)* resulta das pesquisas de mestrado e doutorado de Lúcio Menezes Ferreira, ambas realizadas junto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) entre 2002 e 2006. Neste trabalho ele busca, em suas palavras, entender “*como a arqueologia sedimentou as camadas em que se assentou o Estado Nacional*” (p. 17), fazendo uma análise historiográfica que tenta dar conta do subtítulo da obra – A institucionalização da arqueologia no Brasil. O recorte temporal escolhido não foi arbítrio impensado; 1870 marca o início das pesquisas de Barbosa Rodrigues no Museu Botânico do Amazonas – pesquisas essas que tiveram papel de destaque nas discussões em torno da arqueologia em fins do XIX; e 1917 marca a saída definitiva de Ihering do extinto Museu Paulista. Entre o início do trabalho de

Barbosa Rodrigues e a saída de Ihering, cabe ainda o papel do Museu Paraense e de seu diretor mais renomado, Emílio Goeldi, neste fenômeno da institucionalização da disciplina. Veremos mais adiante qual a importância, seja do período estudado que dos cientistas escolhidos.

O livro é apresentado por Margarita Díaz-Andreu, e prefaciado por Cristóbal Gnecco; ambos aplaudem o trabalho e reconhecem sua importância para a compreensão do período primevo da arqueologia brasileira. A obra está dividida em cinco partes: uma introdução, onde o autor diz a que veio e o que se propõe fazer, e três capítulos, cada um dedicado a um nome basilar na tarefa da institucionalização da arqueologia no Brasil, além de considerações finais à guisa de conclusão.

Na introdução nos são apresentados, além dos objetivos a que se propõe o autor, alguns conceitos que serão trabalhados ao longo do livro; definições aplicáveis à Arqueologia e seus objetos de estudo e o entendimento desta disciplina ao longo do período são esclarecidos. Ferreira expõe a Arqueologia como sendo tanto uma ciência do tempo quanto do espaço – e o faz para falar de um dos conceitos que mais além, quando dissertará sobre os trabalhos de Barbosa Rodrigues, lhe será fundamental – qual seja, Arqueologia Nobiliárquica. E ainda da importância da arqueologia como ciência geográfica, usada quase sempre como uma ferramenta colonizadora (p. 18).

O autor, em sua introdução, mas também no decorrer do livro, critica a idéia

de que as ciências no Brasil seriam meras cópias daquela feita na Europa ou mesmo simples continuções; para isso, como dito anteriormente, abre uma discussão sobre a mundialização da ciência e de seus alcances, seja no Brasil que na América do Sul. Faz-nos perceber que essa mundialização e desenvolvimento encontraram vários exemplos no período imperial, mas acentuou-se na República. Há uma apurada discussão sobre o papel da Arqueologia na defesa de idéias nacionalistas e colonialistas e de que nacionalismo não significa, neste contexto, anticolonialismo. O autor fala ainda sobre o papel da arqueologia e dos museus (p. 23). Percebemos a ideia, para alguns pensadores da época, de que, tendo tido um passado faustoso, descendendo de grandes impérios e civilizações, nossos indígenas e algumas populações extintas degeneraram e chegaram a um quase ocaso depois do contato, mas com a ajuda de uma “colonização” e por isso influência direta da “civilização”, eles poderiam “prometer um futuro” no qual mirar.

O autor reconhece a limitação de seu trabalho, posto que para fazer uma cartografia da arqueologia brasileira, completa, o hercúleo trabalho poderia bater no muro do impossível, por isso a escolha dos museus amazônico, paraense e paulista e seus diretores como marcos de análise. Segundo Ferreira, a escolha de Goeldi, Barbosa Rodrigues e Ihering não foi feita por que eles seriam os “heróis” desta história, mas porque eles “legaram-nos inúmeros trabalhos arqueológicos e antropológicos

gicos, reunindo coleções, realizando escavações e publicando textos” (p. 30). Além do fato de estes três vultos da história das ciências no Brasil terem sido diretores destes museus e, por isso, depositários de grande poder institucional, centro de discussões e embates que não respeitaram as fronteiras nacionais.

No primeiro capítulo, *Amazônia Asiática: João Barbosa Rodrigues e o Museu Botânico do Amazonas*, Ferreira apresenta a controversa pessoa que foi o diretor do Museu Amazonense e seus trabalhos, além de suas teorias, uma delas já anunciada no título do capítulo, qual seja, a idéia de que a Amazônia teria tido a ancestralidade de seu povoamento na Ásia e também na Escandinávia. Sob a égide do Estado, naquele momento um império, mas sempre com suas “licenças” científicas, Barbosa Rodrigues, à frente do Museu Botânico do Amazonas, instituição criada por ele, trabalhou em inúmeros fronts, “sem nunca desassociar pesquisas em ciências naturais da arqueologia e etnografia, as fez simultaneamente” (p. 34). No Museu Botânico do Amazonas, como um tentáculo do aparelho do Estado, Barbosa Rodrigues procurou fazer uma cartografia etnográfica, e do alto de sua cátedra de diretor, usando do aporte de poder que a instituição lhe conferia, elaborou suas teorias e as defendeu. Barbosa Rodrigues, como nos faz ver Ferreira, não era um ermitão intelectual, nenhum deles o era – refiro-me a Goeldi e Ihering – e leu, comentou e trocou informações com muitos de seus pares à época. Um capítulo à parte na história científica de Barbosa

Rodrigues são, sem dúvida, suas teorias que cercavam o fabrico e difusão das pedras verdes – os muiraquitãs.

Foram muitas as querelas envolvendo Barbosa Rodrigues, mas a principal opôs a ele o então diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto. Opor-se a Ladislau Netto, indica Ferreira, era opor-se também ao Museu Nacional; neste momento digladiavam-se dois dos mais produtores cientistas da época, e o digladio tinha como prêmio, ou teria, a demonstração de poder de cada museu representado por seu diretor e a influência e prestígio deste. Estando como diretor do Museu Amazonense, Barbosa Rodrigues ganhava uma espécie de salvo conduto para suas pesquisas e a difusão de suas teorias. Com relação à já mencionada teoria das duas migrações, de povos asiáticos e nórdicos, “Para Barbosa Rodrigues a Amazônia era uma esponja da miscigenação. A floresta absorveu e misturou duas delas” (p. 52). As teses de Barbosa Rodrigues encontraram eco dentro de um debate sul-americano.

Mesmo dentro de suas divergências com Ladislau Netto, Ferreira mostra que Barbosa Rodrigues não diferia tanto quando gostaria de seu par, diretor de outro museu. Ambos representavam anseios nacionalistas e tinham uma verve colonialista bem acesa, e ao “inventarem uma Amazônia indígena civilizada, que teria sido sucedida por outra em franca degeneração, Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto jungiram-se a uma tradição de pesquisa arqueológica do império” (p. 56) o que o autor chama de “arqueologia nobiliárquica”,

visto que esta serviria à articulação do projeto político centralizador do império. O conceito de arqueologia nobiliárquica é um dos aspectos intrínsecos ao conceito de degeneração, no qual esses povos ‘civilizados’ “sucumbiram às asperezas do clima tropical”, o que explicaria o fato dos povos no Brasil não serem tão ‘desenvolvidos’ quanto os que os colonizaram.

Ao longo do capítulo, Ferreira vai mostrando, em uma quase narração, como trabalharam e em que divergiram ou convergiram, vultos da arqueologia passada, não só vultos das ciências, naturais ou menos, que construíram as bases das ciências modernas no Brasil. Barbosa Rodrigues é o mote, mas aparecem também Ladislau Netto e Batista Lacerda. O trabalho de Barbosa Rodrigues na institucionalização da Arqueologia no Brasil não é dissonante daquele que vinha sendo feito em outros países, serviu-se de autores que constituíram a disciplina como saber científico (p. 64), mas assume um caráter *sui generis*, e não segue sendo cópia. Barbosa Rodrigues encontrou contradições em autores que utilizou, como Humboldt, mas as ignorou convenientemente. No discurso sobre os “índios degenerados” ouviu os argumentos, mas fez-se de surdo (p. 68). Vale lembrar que Barbosa Rodrigues trabalhava para o Estado, e por isso teria que representar os interesses de seu empregador, mesmo se não o fez de forma passiva e cordata, quando isso ia contra seus próprios interesses. Envolvido em muitas contendas com as elites locais amazonenses, Barbosa Rodrigues não

pode realizar seu trabalho do futuro. Falando de um lugar de autoridade científica, o museu, chocou-se com os valores políticos locais e, 20 anos depois de fundar o museu, volta ao Rio de Janeiro, agora como diretor do Jardim Botânico daquela cidade.

Com o capítulo 2, *Guiana Brasileira: Emílio Goeldi, o Museu Paraense e a Arqueologia Amazônica*, Lucio Menezes Ferreira continua a mostrar o papel que tiveram estes museus de ciências e seus diretores, desta feita Emílio Goeldi e sua saga na instituição paraense. “Seus passos – Goeldi – no terreno arqueológico amazônico, calçaram-se num plano sistemático de escavações e na coleta e organização de coleções arqueológicas e etnográficas” (p. 75). Contudo, como verificou o autor, não é possível falar de Museu Paraense sem mencionar seu primeiro diretor, Ferreira Pena, e suas contribuições. De fato, o livro nos brinda com uma maravilhosa revisão bibliográfica, onde é possível perceber vários autores dividindo a história desta instituição, entre um primeiro período ligado a Ferreira Pena e uma fase sucessiva, a era Goeldi, isto corroborando com uma tradição memorialista dentro do Museu Paraense Emílio Goeldi, nome atual da instituição. Seguindo, se nos são apresentados algumas obras e teorias de vulto de nossas ciências: Gonçalves Tocantins, Ferreira Penna, José Vieira Couto de Magalhães, José Veríssimo, entre outros. Atendo-se ao precursor de Goeldi como diretor do Museu Paraense, Ferreira nos aponta como este “interpretou o passado arqueológico amazônico numa verve já

enunciada pela Arqueologia nobiliárquica e pelo americanismo” (p. 93). As pesquisas de Ferreira Penna, portanto, dão voz a vestígios amazônicos que falam *sobre* o Brasil. Feita *na* Amazônia, a obra disserta sobre o Brasil, serviu para definir fronteiras, para vaticinar a brasilidade de lugares e pessoas, serviu ao governo imperial no intento de assegurar as fronteiras e inventariar riquezas, foi uma obra que teve alcance nacional: “escrita no Pará, versando sobre a Amazônia, ela possui, em suas pautas arqueológicas e geográficas, uma linha nacionalista e outra econômica e geopolítica” (p. 95).

Com Goeldi, dentro do então Museu Paraense de História Natural e Etnografia, teve início uma nova era: seu novo diretor é um homem das ciências naturais, que mesmo não desprezando as humanidades, não lhes dará o mesmo espaço que lhe dava Ferreira Penna. Com Goeldi o museu será dividido em seções, e a quarta seção será aquela destinada à Arqueologia, Etnologia e Antropologia. Goeldi criticou de forma dura o que chamou de diletantismo dentro da instituição, mesmo excusando-se de fazer crítica direta a Ferreira Penna. O novo diretor do Museu Paraense inovou ao cobrar do Barão de Marajó, e do Estado, uma legislação de proteção arqueológica do Pará, mas especificamente da Ilha. Com Goeldi tiveram início campanhas metódicas de escavações, principalmente para montar coleções, visto que as existentes no museu, segundo ele, constituíam um caos. Para esta nova reorganização do Museu Paraense ele seguiu, mesmo se

não em toda a radicalidade, as orientações do *Bureau of Ethnological Research*.

Pelo que lemos neste capítulo, Goeldi foi um cientista de seu tempo, “antelado” com o que se discutia, leitor de muitos de seus pares mundo a fora, empenhado em trocar informações e publicar. Não se escusou de imiscuir-se em assuntos de outrem e fez críticas abertas às teorias sobre o povoamento que se vinham afirmando na região amazônica. O grande interesse das pesquisas de Goeldi era desvendar a origem do homem americano, a fim de saber se as populações indígenas amazônicas eram ou não autóctones. Por conta disso, ele se envolveu em debates difusionistas e darwinistas sociais. Na conjuntura política republicana, na qual o Museu Goeldi estava inserido, acreditava-se que esta instituição deveria cumprir uma tarefa educacional. A pesquisa arqueológica, portanto, se constituía em uma ansiedade científica central. Neste ponto, Ferreira se utiliza da teoria de biopoder de Foucault, ao afirmar que todo o discurso pedagógico não só reforça como reconduz a maneira como uma ciência é valorizada e aplicada numa sociedade. Goeldi organizou exposições, trocou correspondências com muitos estudiosos; no Museu Paraense, a arqueologia virou exposição e texto e deu-se a ver, por obra e graça de seu diretor, mas não deixou de ser colonialista.

Chegamos ao último capítulo do livro que estamos expondo: *Díáspora Sul-Americana: Hermann von Ihering e a Arqueologia no Museu Paulista*; aqui, naquilo que concerne à arqueologia feita

no Museu Paulista, Ferreira aponta que suas pesquisas sempre apresentaram uma extensão continental, visto que seu diretor era um cientista de renome internacional que havia trabalhado como naturalista no sul do Brasil e tinha uma vasta produção escrita. Tal como Barbosa Rodrigues, Ihering via os povos indígenas como selvagens carentes de serem civilizados. Este tipo de visão denota as impregnações do colonialismo através das expedições científicas organizadas pelo Museu Paulista. Ele também fez uso de princípios difusionistas em seus estudos, principalmente da teoria dos “*círculos ondulatórios*” proposta pelo africanista Leo Frobenius, discípulo de Friedrich Ratzel, um dos idealizadores da teoria do difusionismo cultural. Partindo disto, Ferreira faz uso do conceito de hegemonia para afirmar que as pesquisas de Ihering reforçaram a construção de um discurso pautado no interesse do grande capital em se apropriar das terras indígenas. Sobre este aspecto, o autor faz referência a Edward Said quando teoriza questões pertinentes à posse da terra, direito de explorá-la e o seu planejamento futuro, afirmando que todas estas demandas são pensadas, e até mesmo decididas, pelas narrativas das disciplinas científicas. Ainda sobre este aspecto, de como ordenar as coisas e persuadir o público, o autor faz referência a Foucault sugerindo que o papel da arqueologia concernia em agrupar os artefatos em seus traços comuns e introduzir, para o público geral, um discurso sobre o mundo arqueológico.

Ihering tinha uma idéia particular de organização de museus modernos e da importância das coleções; deste modo, “organizou o Museu Paulista sob um modelo que era, então, uma novidade no final do século XIX: a separação das coleções de estudo daquelas a serem expostas ao público” (p. 131). Buscando aumentar as coleções, até pedir que a polícia detivesse indígenas que passassem pelo Estado de São Paulo ele o fez. Adquirir coleções pelo saque e pela pilhagem não constrangia o novo diretor; além do acréscimo por permuta, a compra foi muito usada como expediente para acrescer as coleções do Museu Paulista. Para ele, o tamanho e a variedade da coleção indicariam mais possibilidades de estudos e elaboração de hipóteses. Ihering pensava seu trabalho como promotor de progresso para o Estado e não se escusou em sugerir, inclusive, o extermínio de uma etnia inteira, os kaingangs, no que foi repreendido quase em uníssono.

À guisa de conclusão, Ferreira faz uma comparação, marcando semelhanças e diferenças entre o que produziam, de arqueologia, os três museus; essa comparação ateu-se principalmente a Goeldi e Ihering. Para Ferreira, desde o período imperial, a arqueologia praticada no Brasil está inserida no debate internacional da disciplina. Para o autor, a arqueologia brasileira se institucionaliza em um processo de intenso diálogo com a produção internacional, haja vista a atuação dos três diretores.

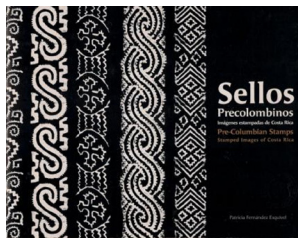
Para Ferreira, a sinergia entre o processo de mundialização da ciência, o nacionalismo, o colonialismo e a insti-

tucionalização da arqueologia no Brasil é importante de ser frisado e entendido e nada melhor para isso que perceber a atuação, sem fronteiras, dos diretores dos três museus e a constatação do uso de conhecimentos arqueológicos em obras literárias, como *Macunaíma* e *O triste fim de Polícarpo Quaresma*. Segundo o autor, as obras fazem perceber o alcance dos conceitos criados e discutidos no período em que a disciplina da cultura material se está consolidando.

Ao final do livro de Lúcio Menezes Ferreira pode ser que nos venha uma inquietação na cabeça, aquela do autor ter limitado a institucionalização da Arqueologia à atuação de três museus, dois deles na Amazônia, mas já na introdução é-nos apresentada a escusa desta escolha. No mais, fica a agradável sensação de ter percebido como em meio a conflitos institucionalizou-se a disciplina e, para os que dela fazem hoje sua profissão ou têm-na em conta de interesse, notar que estes conflitos, e a idéia de arqueologia descolonizante nos alerta, continuam em nosso encaço.

REFERÊNCIAS

- Barreto, C. 1999-2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP* 1:32-51.
- Funari, P. P. de A. 1994. Arqueologia brasileira: Visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia* 1: 23-41.
- _____. 1998. Arqueologia, história e arqueologia histórica no contexto Sul-Americano, in *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Organizado por P. P. A. Funari, pp.7-34 Campinas: IFCH.
- Lima, T. A. 1993 Arqueologia histórica no Brasil: Balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, NS 1:225-262.
- Lima, T. A. 2002. Os marcos teóricos da arqueologia histórica: Possibilidades e limites. *Revista Estudos Ibero Americanos XXVIII* (2): 7-23.
- Silva, F. A. 2009. A etnoarqueologia na Amazônia: Contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*: 4 (1): 27-37.
- Symanski, L. C. P. 2009. Arqueologia histórica no Brasil: Uma revisão dos últimos vinte anos, in *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural*. Organizado por W. F. Morales e F. P. Moi. São Paulo: Annablume.



DESAFIOS AOS QUATRO CAMPOS DA ANTROPOLOGIA

Sellos precolombinos: imágenes estampadas de Costa Rica, de Patricia Fernández Esquivel. San José/Costa Rica, Fundación Museos Del Banco Central, 2008: 29p. ISBN 9968-9476-2-8.

& Artesanos y piedras: herramientas y escultura precolombina em Costa Rica, de Patricia Fernández Esquivel e

Guillermo E. Alvarado. San José/Costa Rica, Fundación Museos Del Banco Central, 2006: 136p. ISBN 9968-9607-3-X.

Jane Felipe Beltrão

Universidade Federal do Pará

Em visita a *San José*, capital da Costa Rica, decidi visitar os museus locais na expectativa de conhecer, a partir das coleções, a cultura material do país, que me parece muito representativa da Centro-América. Andei de museu em museu, e a cada visita mais surpresa ficava com a exuberância das coleções e com as semelhanças que, à primeira vista existiam entre a denominada cultura pré-colombiana da Costa Rica e a cultura material pré-cabralina encontrada na Amazônia, particularmente as peças conhecidas como cerâmica marajoara e tapajônica.

A cada museu, percorria as prateleiras das “lojas de museu”, onde se encontram réplicas das peças originais e livros sobre o patrimônio costarricense editados institucionalmente. Entre as publicações disponíveis, chamaram-me atenção os trabalhos de autoria de Patricia Fernández Esquivel – que é arqueóloga e curadora de diversas exposições – denominados: *Sellos precolombinos: imágenes estampadas de Costa Rica* e *Artesanos y piedras: herramientas y escultura precolombina em Costa Rica*, este último em colaboração com Guillermo E. Alvarado, geólogo estudioso dos líticos pré-colombianos da Costa Rica. Afora o cuidado editorial, as publicações indicam a importância dos trabalhos interdisciplinares como possibilidade de ampliação do conhecimento no campo

da Antropologia, além de prepararem terreno para questões caras ao campo: estudos comparativos.

A autora destaca, na abertura, de *Sellos precolombinos: imágenes estampadas de Costa Rica*, que é uma edição cuidadosa bilíngue em espanhol e inglês, que:

“dentro de la diversidad de objetos cerámicos producidos por los grupos precolombinos, los sellos, son quizás, los menos conocidos y estudiados; no obstante, tienen gran importancia em quanto a su valor cultural y estético.”
(Fernández Esquivel 2008: 1)

Fui abrindo e folheando a pequena, mas valiosa publicação, e num crescendo fui surpreendida com o conteúdo da obra, por inúmeras razões. Primeiramente, porque as figuras em cerâmica, ornadas a partir dos *sellos* ou *pintaderas* (carimbos ou riscadores) lembram as urnas marajoaras, e os desenhos assemelham-se aos grafismos utilizados pelos povos indígenas no Brasil, hoje, como apontam os estudos elaborados por Lux Vidal (2000). A diferença talvez resida no fato de que, no Brasil, os instrumentos atuais são produzidos em madeira. Se no passado, os povos indígenas produziram carimbos e riscadores em madeira não se tem notícia, talvez os vestígios arqueológicos não se tenham conservado pelas condições climáticas da Amazônia. No caso do material arqueológico da Costa Rica, a autora refere que poucos são os exemplares oriundos de escavações, mas os pesquisadores não desprezam as coleções feitas por amadores para tentar compreender o passado.

Em segundo lugar, algumas peças pa-

recem bonecas-mulheres, muito próximas das estatuetas *Karajá* estudadas por Maria Heloisa Fénelon Costa (1978 e 1988) e Manuel Ferreira Lima Filho (1999). As representações de gênero talvez indiquem a importância das mulheres como detendo o conhecimento da arte de pintar (Grupioni 2009), como ainda hoje o fazem as indígenas no Brasil a ponto de homens “sem mulheres”, sejam elas mãe, irmã ou mulher, ficarem impossibilitados socialmente de ornar seus corpos de vestir-se cotidiana ou ritualmente, conforme os preceitos étnicos. Entretanto, a autora é cautelosa e afirma:

“no se puede saber con certeza si La decoración con sellos era de uso exclusivo de mujeres, lo que si se puede decir es que las representaciones de mujeres con decoración similar a la de los sellos no son de gente común. Por otro lado, el hecho de que las figuras y los sellos mismos hayan aparecido como ofrenda funeraria indica que tanto el sello como impresiones hechas por ellos eran de importancia social e simbólica.” (Fernández Esquivel 2008: 4)

Poucas peças foram encontradas nos espaços de moradia, na Costa Rica, mas os carimbos foram usados essencialmente na decoração corporal, estando relacionados aos momentos políticos e cerimoniais demarcando espaços sociais. Fernández Esquivel supõe que os carimbos foram feitos com as mesmas técnicas de fabricação dos demais objetos cerâmicos. Devem ter sido modelados individualmente e tinham formas cilíndricas e planas; estes últimos podem apresentar-se de forma circular, ondulada e quadrangu-

lar e, na parte superior, há um prolongamento que muito provavelmente servia como suporte, facilitando o processo de impressão. A existência dos carimbos permite supor a existência de tinturas que deviam ser encharcadas nas ranhuras das peças para produzir marcas no corpo.

Os desenhos existentes, nos carimbos, assemelham-se aos temas presentes em outros materiais arqueológicos fato que permite uma associação contemporânea das peças e a inferência de que os utilizadores conheciam os significados dos desenhos que podem ser agrupados como representações geométricas, zoo e antropomorfas. Muitas outras associações podem ser feitas ou deduzidas, e a “especulação” permite pressupor quão válida seria a discussão das interfaces do campo da Arqueologia e da Etnologia como proximidades respeitadas, boas para pensar!

As aproximações indicadas caem como luva quando se lê *Artisanos y piedras: herramientas y escultura precolombina en Costa Rica*, organizada feita por Fernández Esquivel em colaboração com Guillermo E. Alvarado, pois traz inscrições muito próximas aquelas encontradas na Amazônia. Na sequência, a obra como que faz desfilar diante do leitor: bancos rituais próximo dos que existem nas aldeias *Asurini* ou no Parque do Xingu; inscrições petrogrifos como as existentes no Xingu, especialmente na Volta Grande, no município de Altamira no Pará; ranas (rãs) próximas aos muiraquitãs, inclusive, pela cor e materiais utilizados no fabrico das peças, sempre em jade ou jadeíta, de diversos matizes em verde lembrado o que se encontra no vale amazônico; colares feitos

com pequenas peças em pedra muito semelhantes aos materiais da coleção constituída por Alexandre Rodrigues Ferreira, na Amazônia do século XIX.

Os estudos de Alvarado indicam aproximações entre arqueólogos, geólogos e mineralogistas, para melhor estudar e decifrar os “segredos” que guardam os artefatos líticos. O autor, inclusive, refere farta bibliografia que se volta ao estudo dos tipos de rocha utilizados na confecção dos objetos, pois acredita, pela experiência, que não se pode deixar de lado a conformação dos mesmos e, tão pouco, as fontes de matéria prima. No artigo, o autor

“trata sobre os principales tipos de rocas utilizados por nuestros predecesores (ameríndios), su descripción general, su modo de reconocimiento y SUS posibles fuentes de procedência y usos; tene como fin ser um aporte sinóptico e inicial para El esclarecimiento de los problemas (...)” (2006: 73)

Informa ainda que:

“como parte da metodologia de estudo, se consultó gran parte de la literatura arqueológica costarricense que trata el tema de la lítica. (...) Se utilizó el análisis macroscópico (visual y com lupa) Del artefacto para su clasificación litológica y funcional, por lo geral com la ayuda de um arqueólogo. También, em ciertos casos, se recurrió a la determinación de La gravedad específica. Pese a ello, al no contar com estudios químicos y mineralógicos detallados de las piezas, resultan em muchos casos muy difícil La distinción o clasificación petrográfica, em particular piezas muy pequeñas o pulidas.” (2006: 73)

As incipientes associações que faço pretendem, unicamente, chamar atenção para a importância dos estudos interdisciplinares que requerem fôlego e exercícios mais profundos, para dentro e para fora dos campos antropológicos, como os estudos feitos por Denise Schaan que, como arqueóloga, colabora com os profissionais da área da Geociências na Universidade Federal do Pará. Mas sei, perfeitamente, que o “comando” de comparações exige novas posturas acadêmicas que implicam maior colaboração e conhecimento que permita perscrutar o passado produzindo novas formulações interpretativas. Com antropóloga, de olhos abertos aos quatro campos e seus desafios, convido o leitor a olhar os catálogos e, entre um olhar e outro, pensar em associações e comparações, afinal o percurso de Bering à Patagônia sempre nos desafiou e estamos sempre devendo melhores explicações sobre o passado em terras da Amazônia brasileira. O desafio está lançado!

REFERÊNCIAS

- Costa, M. H. F. 1978. *A arte e o artista na Sociedade Karajá*. Brasília, FUNAI.
- _____.1988. *O mundo dos Mebináku e suas representações visuais*. Brasília, EdUnB.
- Grupioni, D. F. 2009. *Arte Visual dos Povos Tírnyó e Kaxxyana: padrões de uma estética ameríndia*. São Paulo, Iepé.
- Lima Filho, M. F. A 1999. Contribuição da Etnografia Karajá aos estudos do Gênero. *Cadernos de Área - Estudos de Gênero* 9: 83-102. Goiânia.
- Vidal, L. B. 2000. *Grafismo Indígena: estudos de Antropologia estética*. São Paulo, Studio Nobel/FAPESPA/EdUSP.